

Itaú Vida e Previdência S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Itaú Vida e Previdência S.A. relativos aos períodos de 31/12/2022 e 31/12/2021 para contas patrimoniais e de 01/01 a 31/12 de 2022 e de 2021 para resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. Mercado

1.1 Mercado de Seguridade

No período de janeiro a dezembro de 2022 o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou aumento de 16,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 357 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação). Com a melhora do cenário de COVID-19, verifica-se uma continuidade na recuperação do setor impulsionado pelos segmentos de seguros (+R\$ 30,1 bilhões) e de previdência (+R\$ 15,3 bilhões). No acumulado de 2022, a participação do mercado brasileiro de seguros, previdência e capitalização no PIB⁽¹⁾ foi de 3,6%, aumento de 0,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em dezembro de 2022, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização atingiu R\$ 1,4 trilhão, apresentando aumento de 13,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

1.2 Mercado de Previdência

A contribuição total dos planos de previdência no acumulado de janeiro até dezembro de 2022 atingiu R\$ 156,4 bilhões, aumento de 10,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Em dezembro de 2022, as provisões técnicas de previdência atingiram R\$ 1,2 trilhão, aumento de 12,8% em relação a dezembro de 2021, principalmente em função do aumento das provisões técnicas de VGBL (+ R\$ 115,6 bilhões).

1.3 Mercado de Seguros de Pessoas

No acumulado de 2022, os prêmios ganhos do mercado brasileiro de seguros de pessoas (desconsiderando VGBL e Dotal)⁽²⁾ atingiram R\$ 41 bilhões líquidos de resseguro⁽³⁾, com crescimento de 13,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os produtos de vida + acidentes pessoais (+12,1%) e de prestamista (+13,3%).

O índice de sinistralidade⁽⁴⁾ do mercado de seguros de pessoas, que é obtido por meio da divisão dos sinistros retidos pelos prêmios ganhos líquidos de resseguro, atingiu 30,4% no acumulado de janeiro até dezembro de 2022, queda de 13,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado pela melhora do cenário referente aos eventos do COVID-19 nos produtos de vida + acidentes pessoais e prestamista.

As provisões técnicas de seguros de pessoas e vida individual atingiram R\$ 187,1 bilhões, aumento de 15,4% em relação a dezembro de 2021.

2. Desempenho

2.1 Resultados

Variações de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022:
O lucro líquido foi de R\$ 425,2 milhões no período, com significativo aumento de 188,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento decorreu principalmente do maior resultado financeiro, do aumento de rendas com taxas de gestão de previdência e da redução de sinistros ocorridos em seguros.

2.2 Patrimônio

Variações de 31 de dezembro de 2022 em relação a 31 de dezembro de 2021:
O total de ativos atingiu R\$ 234,7 bilhões, aumento de 9,2%, influenciado principalmente pelas aplicações.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 3,9 bilhões, aumento de 3,1%.

As provisões técnicas de seguros e previdência totalizaram o montante de R\$ 230,3 bilhões, aumento de 9,3%, resultante principalmente do aumento de provisões matemáticas de previdência.

3. Negócios

Em dezembro de 2022, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI), o nosso market share de provisões técnicas de previdência foi de 19,0%, enquanto o nosso market share dos planos individuais de previdência foi de 18,3%.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, conforme disposto em Estatuto Social.

5. Declaração de Capacidade Financeira

Declaramos que a empresa possui capacidade financeira compatível com as suas operações e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento" no montante de R\$ 6,0 bilhões.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023.

A Administração

⁽¹⁾ O percentual de participação no PIB para cada um dos mercados supervisionados é definido como a relação entre o volume de receitas do respectivo mercado e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil a partir da estimativa do PIB mensal do Banco Central (BACEN).

⁽²⁾ Os produtos VGBL e o Dotal têm características de plano de acumulação, assim, foram desconsiderados do agrupamento pessoas para fins de análise de mercado. Dotal é uma modalidade de seguro que detém uma mescla de seguro de vida e plano de acumulação de benefício definido.

⁽³⁾ Prêmios ganhos líquidos de resseguro são os prêmios ganhos subtraídas as despesas de resseguro.

⁽⁴⁾ Obtido por meio da divisão dos sinistros retidos pelos prêmios ganhos líquidos de resseguro.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		222.193.579	204.089.684
Disponível - Caixa e Bancos	2d II	260.657	155.282
Aplicações	2d III, 3	221.223.496	203.207.084
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		322.407	337.787
Prêmios a Receber	4f I	321.967	334.127
Operações com Resseguradoras		440	3.660
Créditos das Operações com Previdência Complementar		--	2.453
Créditos de Resseguros		--	2.453
Outros Créditos Operacionais		459	270
Ativos de Resseguros e Retrocessão		11.750	5.731
Títulos e Créditos a Receber		303.182	306.140
Títulos e Créditos a Receber		237.098	291.813
Créditos Tributários e Previdenciários	2d IV, 7b	66.084	14.307
Outros Créditos		--	20
Despesas Antecipadas		7.446	4.334
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2d V, 4g	64.182	70.603
Ativo Não Circulante		12.498.573	10.903.813
Realizável a Longo Prazo		11.900.648	10.273.674
Aplicações		11.436.813	9.917.652
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros - Prêmios a Receber	4f I	83	94
Títulos e Créditos a Receber		463.733	355.898
Créditos Tributários e Previdenciários	2d IV, 7b	434.264	330.022
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	25.910	22.781
Outros Créditos Operacionais		3.559	3.095
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2d V, 4g	19	30
Investimentos		339.108	371.290
Participações Societárias		338.172	370.348
Imóveis Destinados à Renda		936	942
Imobilizado		1.026	1.058
Imóveis de Uso Próprio		1.024	1.056
Bens Móveis		2	2
Intangível		257.791	257.791
Outros Intangíveis		257.791	257.791
Total do Ativo		234.692.152	214.993.497

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		1.447.872	1.500.366
Contas a Pagar		180.621	291.168
Obrigações a Pagar		28.123	136.679
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		98.857	97.497
Impostos e Contribuições	2d IV	53.641	56.992
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	2d V	80.294	84.041
Prêmios a Restituir		2.277	2.029
Operações com Resseguradoras		9.004	6.475
Corretores de Seguros e Resseguros		68.924	75.537
Outros Débitos Operacionais		89	--
Depósitos de Terceiros	4f VII	100.228	40.554
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4f III, 4f IV, 2d V	834.134	820.156
Pessoas		528.839	541.300
Vida Individual		2.550	2.917
Vida com Cobertura por Sobrevidência		302.745	275.939
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	4f III, 4f IV, 2d V	251.793	264.420
Planos não Bloqueados		202.836	200.793
PGBL		48.957	63.627
Outros Débitos - Outros Valores e Provisões		802	27
Passivo Não Circulante		229.352.045	209.716.311
Contas a Pagar		109.775	109.090
Obrigações a Pagar		235	260
Tributos Diferidos	2d IV, 7b	109.540	108.830
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4f III, 4f IV, 2d V	166.066.740	152.773.482
Pessoas		90	143
Vida com Cobertura por Sobrevidência		166.066.650	152.773.339
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	4f III, 4f IV	63.133.341	56.792.566
Planos não Bloqueados		10.772.806	10.105.769
PGBL		52.360.535	46.686.797
Outros Débitos - Provisões Judiciais	2d VI, 5	42.189	41.173
Patrimônio Líquido	8	3.892.235	3.776.820
Capital Social		2.391.000	2.091.000
Aumento de Capital em Aprovação		--	300.000
Reservas de Capital		309.351	309.351
Reservas de Lucros		1.709.746	1.288.562
Outros Resultados Abrangentes		(517.862)	(212.093)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		234.692.152	214.993.497

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Operações de Seguros		476.607	308.748
Prêmios Emitidos	4f II, 10b II	633.801	645.983
Contribuições para Coberturas de Riscos	10b II	256.417	194.702
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		13.911	29.117
Prêmios Ganhos		904.129	869.802
Sinistros Ocorridos	6a	(305.399)	(428.115)
Custos de Aquisição	6c	(124.924)	(125.964)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		7.591	(8.480)
Resultado com Operações de Resseguro		(4.790)	1.505
Operações de Previdência		396.646	318.855
Rendas de Contribuições e Prêmios	10b II	11.573.073	9.617.211
Constituição da Provisão de Benefício a Conceder		(11.582.226)	(9.616.656)
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		(9.153)	555
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	6b	456.531	57.148
Variação de Outras Provisões Técnicas		(34.919)	240.092
Custos de Aquisição	6c	(4.043)	(3.864)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(12.386)	19.961
Resultado com Operações de Resseguro		616	4.963
Despesas Administrativas	6d	(695.884)	(543.396)
Despesas com Tributos		(63.052)	(43.321)
Resultado Financeiro	6e	630.374	63.102
Resultado Patrimonial		(24.467)	29.010
Resultado Operacional		720.224	132.998
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		56	38
Resultado Antes dos Impostos e Participações		720.280	133.036
Imposto de Renda	7a	(181.476)	9.557
Contribuição Social	7a	(113.580)	5.063
Lucro Líquido / (Prejuízo)		425.224	147.656
Quantidade de Ações	8a	1.079.648.877	1.005.260.528
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R\$	2d VII	0,39	0,15

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado		454.865	103.006
Lucro Líquido / (Prejuízo)		425.224	147.656
Ajustes para:		29.641	(44.650)
Depreciações e Amortizações		38	54
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(3.165)	(1.310)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões		1.503	(674)
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências		5.784	8.891
Resultado de Equivalência Patrimonial		28.582	(24.617)
Tributos Diferidos		(3.101)	(26.994)
Variação nas Contas Patrimoniais		53.510	(1.255.595)
Ativos Financeiros		(20.039.198)	5.169.840
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros		24.276	(13.990)
Ativos de Resseguros e Retrocessão		(6.019)	7.722
Depósitos Judiciais e Fiscais		36	3.768
Despesas Antecipadas		(3.112)	(3.362)
Outros Ativos		103.323	(217.734)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar		289.164	48.037
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		(3.747)	5.254
Depósitos de Terceiros		59.674	(16.667)
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência		19.635.384	(6.228.108)
Outros Passivos		(6.271)	(10.355)
Caixa Gerado / (Consumido) pelas Operações		508.375	(1.152.589)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		--	411
Imposto sobre o Lucro Pagos		(261.597)	--
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais		246.778	(1.152.178)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(141.403)	(2.406)
Aumento de Capital		--	1.105.000
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Financiamento		(141.403)	1.102.594
Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2d II	105.375	(49.584)
Caixa e equivalente de caixa no início do período		155.282	204.866
Caixa e equivalente de caixa no final do período		260.657	155.282

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2021		1.166.000	--	309.351	225.386	1.176.923	458.962	3.336.622
Aumento de Capital - AGO/Es de 31/03, 27/05, 30/06 e 30/09/2021		925.000	--	--	--	--	--	805.000
Aumento de Capital em Aprovação - AGE de 12/01/2022		--	300.000	--	--	--	--	300.000
Juros sobre o Capital Próprio		--	--	--	--	--	--	(140.000)
Total do Resultado Abrangente		--	--	--	--	(671.055)	147.656	(523.399)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		--	--	--	--	--	147.656	147.656
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		--	--	--	--	(671.055)	--	(671.055)
Destinações		--	--	--	--	--	--	--
Reservas		--	--	--	7.383	138.870	(146.253)	--
Dividendos		--	--	--	--	--	(1.403)	(1.403)
Saldos em 31/12/2021	8	2.091.000	300.000	309.351	232.769	1.055.793	(212.093)	3.776.820
Mutações do Período								

Itaú Vida e Previdência S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)* *(Continuação)*

b) Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

I - Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Fimdo em 31 de dezembro de 2022

- Circular SUSEP nº 648/2021 - Substitui a Circular SUSEP nº 517/2015, a partir de 03/01/2022, alterando, principalmente, a forma de reconhecimento da reversão da reserva de contingência de benefícios; do ágio e deságio para entidade cessionária de carteiras.

II - Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- Circular SUSEP nº 678/2022 - Altera a Circular SUSEP nº 648/2021, a partir de 02/01/2023, permitindo a utilização dos valores pendentes de liquidação relacionados à conversão em cotas de fundos de investimentos como redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas; e a partir de 02/01/2024, aprovando o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, o CPC 47 - Receitas de Contratos com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando, principalmente, dispositivos relacionados aos novos CPCs aprovados.

- Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021, a partir de 02/01/2023, permitindo a utilização dos valores pendentes de liquidação relacionados à conversão em cotas de fundos de investimentos como redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas; e a partir de 02/01/2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados aos novos CPCs aprovados.

Não se espera uma redução significativa da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Os possíveis impactos dos CPCs aprovados estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

c) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de inputs específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

II - Provisões Técnicas

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da empresa para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da empresa, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

III - Provisões, Contingências e Obrigações Legais

As provisões, contingências e obrigações legais são revisadas periodicamente e são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

d) Resumo das Principais Políticas Contábeis

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da empresa estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

II - Caixa e Equivalentes de Caixa

É definido como caixa e contas correntes em bancos e investimentos com prazo original igual ou inferior a 90 dias, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível - Caixa e Bancos.

III - Aplicações, Ativos e Passivos Financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

III.I - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Ativos Financeiros adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

III.II - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Ativos Financeiros que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os ganhos e perdas de Ativos Financeiros, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

III.III - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Ativos Financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor justo.

Os declínios no valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e dos Mantidos até o Vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

III.IV - Empréstimos e Recebíveis

A empresa classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Crédito das Operações com Seguros e Resseguros e Títulos e Créditos a Receber.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro.

III.V - Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os Passivos Financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado em Resultado Financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para ativos financeiros estão definidos abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, utilizam-se modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário.

IV - Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido, representado pelos ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos no final de cada período.

V - Contratos de Seguros

Contrato de seguro é um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros pode ser encontrada na Nota 4.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, a empresa constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado, no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

Resseguros

No curso normal dos negócios, a empresa ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente, riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade, que entende serem apropriados para cada segmento e produto, e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Esses contratos permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador.

Se há evidência de perda pelo valor recuperável relacionado aos ativos de resseguro, a empresa constitui redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 180 dias, a partir do registro de crédito referentes à restituição de sinistros pagos.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Passivos de Contratos de Seguros

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas.

Derivativos Embutidos

Não há derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo.

Teste de Adequação do Passivo

A empresa realiza o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 4.

VI - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Ativos contingentes e passivos contingentes são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando a Administração da empresa entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

• **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Débitos - Provisões Judiciais.

• **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada.

• **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

VII - Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores da empresa pelo número de ações ordinárias em circulação em cada exercício. Não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro diluído são o mesmo.

VIII - Receitas

As receitas de prêmio dos contratos de seguros são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices por meio da constituição/reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG. As contribuições recebidas de participantes de planos de previdência privada são reconhecidas no resultado do exercício, quando efetivamente recebidas pela empresa. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo e é recolhido simultaneamente ao prêmio.

NOTA 3 - APLICAÇÕES

As operações realizadas entre partes relacionadas estão detalhadas na Nota 9a.

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de Investimentos		220.047.831	202.037.771
Ações.....		5.472.839	12.675.298
Certificados de Recebíveis do Agronegócio.....		394.153	84.295
Certificados de Recebíveis Imobiliários.....		373.988	303.037
Certificados de Depósito Bancário.....		272.757	95.778
Compromissadas.....		30.812.259	20.515.505
Contas a Receber / (Pagar).....		570.430	493.579
Debêntures.....		24.563.252	15.651.744
Derivativos.....		77.016	210.120
Cotas de Fundos de Investimentos.....		16.580.199	10.065.604
Letras Financeiras.....		17.061.363	7.708.468
Letras Financeiras do Tesouro.....		58.710.492	59.809.673
Letras do Tesouro Nacional.....		30.823.607	19.887.222
Notas de Crédito.....		2.505.591	1.417.664
Notas do Tesouro Nacional.....		31.752.248	52.982.996
Depósito a Prazo com Garantia Especial.....		77.637	136.788
Títulos de Empresas		1.063.979	1.123.872
Ações.....		379.440	315.392
Certificados de Recebíveis Imobiliários.....	CDI +3,25%	58	286
Debêntures.....	CDI +1,68% / IPCA +6,67%	437.357	539.752
Letras Financeiras.....	IPCA +5,53%	221.326	210.040
Notas de Crédito.....	CDI + 1,25%	25.798	58.402
Total		221.111.810	203.161.643
Circulante.....		221.111.810	203.161.643
Não Circulante.....		--	--

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

		31/12/2022		31/12/2021	
	Taxa Média a.a.	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	Valor Justo	Custo
Títulos Públicos		6.115.586	(558.106)	5.557.480	6.884.852
Notas do Tesouro.....	IGPM+12,00% / Nacional.....	6.115.586	(558.106)	5.557.480	6.884.852
Total		6.115.586	(558.106)	5.557.480	6.884.852
Circulante.....				111.686	45.441
Não Circulante.....				5.445.794	6.489.989

c) Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O Custo Amortizado correspondente aos Ativos Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

		31/12/2022		31/12/2021	
	Taxa Média a.a.	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	Valor Justo	Custo
Títulos Públicos		6.115.586	(558.106)	5.557.480	6.884.852
Notas do Tesouro Nacional (1).....	IGPM+12,00% / IPCA+6,00%	6.115.586	(558.106)	5.557.480	6.884.852
Fundos de Investimentos		921.170	(886.585)	34.585	921.170
Notas do Tesouro Nacional.....		921.170	(886.585)	34.585	921.170
Total		7.036.762	(1.444.691)	5.591.071	7.806.022
Circulante.....				--	--
Não Circulante.....				5.591.071	7.806.022

1) De forma a refletir a atual estratégia de gerenciamento de riscos, no período findo em 31/12/2022, a empresa alterou a classificação de Títulos Públicos no montante de R\$ 2.244.662 antes classificados como Títulos Disponíveis para Venda.

Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, se avaliados a valor justo, apresentariam em 31/12/2022 um ajuste ao valor justo não contabilizado no valor de R\$ 392.037 (R\$ 608.579 em 31/12/2021).

d) Movimentação das Aplicações

		31/12/2022		31/12/2021	
	Mantido para Negociação	Disponível para Venda	Mantidos até o Vencimento	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	203.161.643	6.535.430	3.427.663	213.124.736	219.394.784
Aplicações.....	81.541.170	1.573.411	2.532.075	85.646.656	89.866.419
Resgate de Principal.....	(84.684.279)	(3.112.935)	(412.913)	(88.210.127)	(100.211.374)
Resultado Financeiro.....	21.093.276	770.258	444.194	22.307.728	5.174.672
Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido).....	--	(208.684)	--	(208.684)	(1.099.765)
Saldo Final	221.111.810	5.557.480	5.991.019	232.660.309	213.124.736

e) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

	31/12/2022				31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mantidos para Negociação	733.694	220.378.116	--	221.111.810	584.120	202.541.774	35.749	203.161.643
Fundos de Investimentos.....	--	220.047.831	--	220.047.831	--	202.037.771	--	202.037.771
Títulos de Empresas.....	733.694	330.285	--	1.063.979	584.120	504.003	35.749	1.123.872
Disponíveis para Venda	5.557.480	--	--	5.557.480	6.535.430	--	--	6.535.430
Títulos Públicos.....	5.557.480	--	--	5.557.480	6.535.430	--	--	6.535.430

f) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

	31/12/2022				31/12/2021			
Classificação Interna (1)	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Mantidos até o Vencimento	Total	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo.....	221.066.160	5.557.480	5.991.019	232.614.659	203.151.738	6.535.430	3.427.663	213.114.831
Médio.....	41.165	--	--	41.165				

Itaú Vida e Previdência S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12/2022 E 2021 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento.

- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** - constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro, quando previsto em contrato. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidos para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.

- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

- **Provisão de Excedentes Técnicos (PET)** - constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual, conforme regulamentação em vigor.

f) Principais informações relativas às operações

I - Prêmios a Receber e Redução ao Valor Recuperável, considerando os Prazos Médios de Vencimento

	Vincendos		Vencidos		Redução ao Valor Recuperável		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
de 1 a 30 dias.....	53.404	49.621	4.823	1.010	(1.042)	(1.009)	57.185	49.622
de 31 a 60 dias.....	51.280	44.536	539	412	(326)	(261)	51.493	44.687
de 61 a 120 dias.....	74.235	92.399	243	185	(687)	(647)	73.791	91.937
de 121 a 180 dias.....	64.116	66.262	62	46	(481)	(417)	63.697	65.891
de 181 a 365 dias.....	76.336	82.512	78	79	(613)	(601)	75.801	81.990
superior a 365 dias.....	83	94	365	357	(365)	(357)	83	94
Total.....	319.454	335.424	6.110	2.089	(3.514)	(3.292)	322.050	334.221

Crítérios de Parcelamento

A Seguradora utiliza como prazo médio de parcelamento na comercialização os seguintes critérios:

Seguro de Pessoas

Seguros dos ramos de Vida e Acidentes Pessoais direcionados a Pessoas Físicas ou Jurídicas com pagamento de prêmio único ou prêmio mensal.

II - Prêmios a Receber - Movimentação

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial - 01/01.....	334.221	325.523
Prêmios Emitidos Líquidos (1).....	633.489	646.895
Recebimentos.....	(645.750)	(637.069)
Redução ao Valor Recuperável ((Constituição) / Reversão).....	(222)	(216)
Prêmios-Riscos Vigentes não Emitidos (1).....	312	(912)
Saldo Final.....	322.050	334.221

1) Valores correspondentes a rubrica Prêmios Emitidos da Demonstração do Resultado.

III - Saldo das Provisões Técnicas

	31/12/2022			31/12/2021		
	Seguros (1)	Previdência	Total	Seguros (1)	Previdência	Total
Prêmios não Ganhos (PPNG).....	341.418	11.919	353.337	354.135	12.018	366.153
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC).....	1.761	228.471.029	228.472.790	2.082	208.874.566	208.876.648
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR).....	--	394.285	394.285	--	357.929	357.929
Excedente Financeiro (PEF).....	--	728.962	728.962	--	691.338	691.338
Sinistros a Liquidar (PSL).....	108.738	73.886	182.624	113.591	78.391	191.982
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR).....	74.487	25.932	100.419	71.794	27.402	99.196
Despesas Relacionadas (PDR).....	5.075	48.516	53.591	2.758	64.620	67.378
Total.....	531.479	229.754.529	230.286.008	544.360	210.106.264	210.650.624
Circulante.....			1.085.927			1.084.576
Não Circulante.....			229.200.081			209.566.048

1) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

IV - Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2022			31/12/2021		
	Seguros (1)	Previdência	Total	Seguros (1)	Previdência	Total
Saldo Inicial - 01/01.....	544.360	210.106.264	210.650.624	531.408	216.347.324	216.878.732
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições.....	633.801	11.573.073	12.206.874	645.983	9.620.876	10.266.859
(-) Diferimento pelo risco decorrido.....	(646.420)	--	(646.420)	(636.541)	--	(636.541)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios.....	(251.696)	(461.548)	(713.244)	(316.278)	(372.392)	(688.670)
(+) Sinistros avisados.....	239.738	--	239.738	314.945	--	314.945
(-) Resgates.....	--	(15.096.477)	(15.096.477)	--	(16.837.396)	(16.837.396)
(+/-) Portabilidades Líquidas.....	--	1.986.207	1.986.207	--	(3.395.712)	(3.395.712)
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro.....	6.729	21.552.800	21.559.529	9.174	5.221.077	5.230.251
(+/-) Outras (Constituição / (Reversão)).....	4.967	94.210	99.177	(4.331)	(477.513)	(481.844)
Saldo Final.....	531.479	229.754.529	230.286.008	544.360	210.106.264	210.650.624

1) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

V - Ativos Garantidores em Cobertura das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Total das Provisões Técnicas.....	230.286.008	210.650.624
(-) Direitos Creditórios (1).....	(297.975)	(305.263)
(-) Resseguros (2).....	(7.313)	(2.978)
Montante a ser Garantido.....	229.980.720	210.342.383
Títulos Públicos.....	10.624.741	9.073.596
Fundos de Investimentos.....	219.007.332	201.476.232
Títulos de Empresas.....	1.048.864	799.217
Garantias das Provisões Técnicas.....	230.680.937	211.349.045
Cobertura Excedente.....	700.217	1.006.662

1) Apurado com base na rubrica Prêmios a Receber, líquido das parcelas cedidas em cosseguros e resseguros, quando aplicável.

2) Conforme legislação em vigor as sociedades seguradoras podem deduzir do total das provisões técnicas constituídas as parcelas de prêmios e de sinistros transferidas a terceiros em operações de resseguros e retrocessão, como também, os custos de aquisição diferidos.

VI - Índices

	Comercialização % (1)		Sinistralidade % (1)	
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
	Principais Ramos de Seguros	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Acidentes Pessoais Coletivo.....	17,7%	18,4%	15,7%	13,9%
Doenças Graves ou Terminais.....	26,4%	26,1%	30,7%	27,3%
Vida em Grupo.....	19,1%	19,5%	48,3%	64,7%

1) O sinistro e comercialização utilizados como base de cálculo estão líquidos de resseguro e calculados sobre prêmios ganhos líquidos de resseguros.

VII - Depósitos de Terceiros

Correspondem basicamente a cobrança antecipada de prêmios e emolumentos a receber com vencimento de 1 a 30 dias.

g) Custos de Aquisição Diferidos

Ramo	31/12/2022	31/12/2021
Vida em Grupo.....	42.636	46.415
Acidentes Pessoais Coletivo.....	11.190	12.102
Demais Ramos.....	10.375	12.116
Total.....	64.201	70.633
Circulante.....	64.182	70.603
Não Circulante.....	19	30
Saldo Inicial - 01/01.....	70.633	68.545
Constituições.....	118.492	128.052
Amortizações.....	(124.924)	(125.964)
Saldo Final.....	64.201	70.633

Os custos de aquisição diferidos de resseguros estão demonstrados na rubrica do Balanço Patrimonial Ativos de Resseguros e Retrocessão.

h) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

I - Bruto de Resseguro

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL).....	182.624	
(-) IBNER.....	54.280	
(-) Retrocessão e Outras Estimativas.....	4.643	
Total Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib).....	123.701	

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações da empresa. A tabela a seguir demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Ia - Sinistros administrativos - bruto de resseguro

Data de Cadastro	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	Total
No Final do Período de Divulgação.....	202.197	209.283	239.160	308.305	247.386	
1 Ano Depois.....	202.630	209.692	240.155	329.224		
2 Anos Depois.....	203.653	212.258	242.247			
3 Anos Depois.....	204.373	213.037				
4 Anos Depois.....	204.927					
Estimativa Corrente.....	204.927	213.037	242.247	329.224	247.386	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base.....	198.648	206.206	235.919	317.437	223.313	1.181.523
Passivo Reconhecido no Balanço.....	6.279	6.831	6.328	11.787	24.073	55.298
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores.....						32.236
Total de Sinistros Administrativos.....						87.534

Ib - Sinistros judiciais - bruto de resseguro

Data de Cadastro	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	Total
No Final do Período de Divulgação.....	2.753	3.208	2.190	1.335	2.031	
1 Ano Depois.....	5.855	6.855	4.964	4.146		
2 Anos Depois.....	9.283	8.925	6.622			
3 Anos Depois.....	10.902	10.656				
4 Anos Depois.....	11.634					
Estimativa Corrente.....	11.634	10.656	6.622	4.146	2.031	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base.....	9.736	7.122	3.214	1.520	598	22.190
Passivo Reconhecido no Balanço.....	1.898	3.534	3.408	2.626	1.433	12.899
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores.....						23.268
Total de Sinistros Judiciais.....						36.167

II - Líquido de resseguro

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL).....	182.624	
(-) IBNER.....	54.280	
(-) Resseguros.....	300	
(-) Retrocessão e Outras Estimativas.....	4.643	
Total Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib).....	123.401	

Ia - Sinistros administrativos - líquido de resseguro

Data de Cadastro	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	Total
No Final do Período de Divulgação.....	200.989	208.350	239.071	308.176	246.619	
1 Ano Depois.....	201.831	209.267	239.798	329.095		
2 Anos Depois.....	203.311	211.833	241.890			
3 Anos Depois.....	204.031	212.612				
4 Anos Depois.....	204.585					
Estimativa Corrente.....	204.585	212.612	241.890	329.095	246.619	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base.....	198.306	205.781	235.562	317.308	222.546	1.179.503
Passivo Reconhecido no Balanço.....	6.279	6.831	6.328	11.787	24.073	55.298
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores.....						32.236
Total de Sinistros Administrativos.....						87.534

Ib - Sinistros judiciais - líquido de resseguro

Data de Cadastro	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	Total
No Final do Período de Divulgação.....	2.583	3.208	2.190	1.335	2.031	
1 Ano Depois.....	5.685	6.679	4.922	4.146		
2 Anos Depois.....	9.113	8.749	6.580			
3 Anos Depois.....	10.732	10.480				
4 Anos Depois.....	11.464					
Estimativa Corrente.....	11.464	10.480	6.580	4.146	2.031	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base.....	9.566	7.246	3.172	1.520	598	22.102
Passivo Reconhecido no Balanço.....	1.898	3.234	3.408	2.626	1.433	12.599
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores.....						23.268
Total de Sinistros Judiciais.....						35.867

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base em que se tornam judiciais, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

Itaú Vida e Previdência S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 35.833 (R\$ 36.152 em 31/12/2021). Não existem Ações Trabalhistas de perda possível.

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 77.072 (R\$ 118.499 em 31/12/2021), sendo as principais discussões descritas a seguir:

- ISS - Atividades Bancárias/Estabelecimento Prestador - R\$ 36.525: discute-se a incidência e/ou local do recolhimento de ISS para determinadas receitas bancárias.
- IRPJ e CSLL - Glosa de Prejuízos - R\$ 24.460: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa da CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 8.303: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

c) Garantias de Contingências

As garantias relativas às discussões judiciais que envolvem a empresa são compostas basicamente por valores que estão vinculados ou depositados no montante de R\$ 7.812 (R\$ 7.528 em 31/12/2021).

NOTA 6 - DETALHAMENTO DE CONTAS

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
a) Sinistros Ocorridos		
Sinistros.....	(252.064)	(312.751)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	4.323	(7.279)
Serviços de Assistência.....	(1.954)	(2.649)
Despesas com Benefícios.....	(55.704)	(105.436)
Total.....	(305.399)	(428.115)
b) Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas		
Refere-se basicamente a administração de fundos de investimentos e percentual incidente sobre as contribuições pagas pelo participante, para fazer face às despesas administrativas do plano.		
c) Custos de Aquisição		
Comissão sobre Prêmios Emitidos.....	(95.419)	(101.788)
Corretagem e Agenciamento.....	(4.043)	(3.864)
Variação do Custo de Aquisição Diferido.....	(6.411)	2.088
Outros.....	(23.094)	(26.264)
Total.....	(128.967)	(129.828)
d) Despesas Administrativas		
Referem-se basicamente a Convênio de Rateio de Custos Comuns (Nota 9a) R\$ (662.290) (R\$ (516.620) em 01/01 a 31/12/2021).		
e) Resultado Financeiro		
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Recitas Financeiras.....	22.399.177	5.274.178
Fundos de Investimentos.....	21.126.305	3.482.855
Títulos de Empresas.....	1.248.154	1.776.029
Outras.....	24.718	15.294
Despesas Financeiras.....	(21.768.803)	(5.211.076)
Atualização de Operações de Seguros e Previdência.....	(21.712.105)	(5.129.167)
Títulos de Empresas.....	(54.053)	(79.962)
Outras.....	(2.645)	(1.947)
Resultado Financeiro.....	630.374	63.102

NOTA 7 - TRIBUTOS
A empresa apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda.....	15,00%
Adicional de Imposto de Renda.....	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (1).....	16,00%

1) A Lei nº 14.446/22 (conversão da Medida Provisória (MP) nº 1.115/22), publicada em 05 de setembro de 2022, dispõe sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que passou de 15% para 16%, produzindo efeitos de 1º de agosto até 31 de dezembro de 2022.

a) Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Devidos sobre Operações do Período		
Resultado Antes dos Impostos e Participações.....	720.280	133.036
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes.....	(292.912)	(59.866)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado Patrimonial.....	(7.735)	14.791
Juros sobre o Capital Próprio.....	--	63.000
Incentivos Fiscais.....	1.950	--
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis.....	3.641	(3.305)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(295.056)	14.620

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	Nota	31/12/2021	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2022
Refletido no Resultado.....		51.321	(30.238)	34.049	55.132
Ajustes ao Valor Justo de Títulos para Negociação.....		23.077	(23.077)	31.873	31.873
Obrigações Legais.....		866	(3)	1	864
Provisões.....		16.786	(1.530)	1.919	17.175
Outras Provisões Indedutíveis.....		10.592	(5.628)	256	5.220
Refletido no Patrimônio Líquido.....		138.605	--	201.449	340.054
Ajustes ao Valor Justo de Títulos Disponíveis para Venda e Outros.....		138.605	--	201.449	340.054
Total (1).....	7c	189.926	(30.238)	235.498	395.186

1) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 500.348 (R\$ 344.329 em 31/12/2021), e está representado por R\$ 395.186 (R\$ 189.926 em 31/12/2021) de Tributos Diferidos e R\$ 105.162 (R\$ 154.403 em 31/12/2021) referente a Tributos a Compensar.

II - O saldo de Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2021	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2022
Refletido no Resultado.....	108.830	(26)	736	109.540
Ativos Intangíveis.....	103.117	--	--	103.117
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões.....	5.387	--	734	6.121
Outras.....	326	(26)	2	302
Total.....	108.830	(26)	736	109.540
Total Líquido.....	81.096	(30.212)	234.762	285.646

c) Estimativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2023	2.558	0,7%
2024	9.660	2,4%
2025	3.317	0,8%
2026	24.382	6,2%
2027	1.029	0,3%
2028 a 2030	140.910	35,7%
2031 a 2032	213.330	53,9%
Total	395.186	100,0%
Valor Presente (1)	298.976	

1) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de seguros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

NOTA 8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por 1.094.526.547 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 29/10/2021, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 300.000, em dinheiro, com emissão de 89.266.019 novas ações ordinárias, nominativas (rerratificada em AGE de 12/01/2022) e sem valor nominal, aprovada pela Portaria SUSEP nº 682 em 28/03/2022.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado conforme disposto no Estatuto Social.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido.....	425.224	147.656
(-) Reserva Legal.....	(21.261)	(7.383)
Lucro base para determinação do dividendo.....	403.963	140.273
Dividendos mínimos obrigatórios.....	4.040	1.403

Remuneração aos Acionistas

	31/12/2022			31/12/2021		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos.....	141.403	(21.000)	120.403	2.406	--	2.406
Dividendos (provisionados no período anterior).....	1.403	--	1.403	2.406	--	2.406
Juros Sobre o Capital Próprio (provisionados no período anterior).....	140.000	(21.000)	119.000	--	--	--
Provisionados.....	4.040	--	4.040	141.403	(21.000)	120.403
Dividendos.....	4.040	--	4.040	1.403	--	1.403
Juros Sobre o Capital Próprio Extraordinários.....	--	--	--	140.000	(21.000)	119.000

Os dividendos provisionados são registrados na rubrica Obrigações a Pagar, quando aplicável.

NOTA 9 - PARTES RELACIONADAS

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas condições e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionista direto: Itaúseg Participações S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa S.A.
- Empresas do Grupo - as participações diretas da ITAÚ VIDA, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.
- Fundos de Investimentos - fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Aplicações.....	4.664.603	5.472.499	666.733	484.334
Empresas do Grupo.....	24.423	--	5.813	--
Fundos de Investimentos.....	4.640.180	5.472.499	660.920	484.334

Valores a Receber (Pagar) / Receitas de Prestação de Serviços,

Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais.....	32.455	36.816	305.035	(103.069)
Empresas do Grupo.....	32.455	36.816	305.035	(103.069)

Aluguéis.....	--	--	3.565	3.235
Empresas do Grupo.....	--	--	3.565	3.235

Convênio de Rateio de Custos Comuns (Inclui atualização monetária registrada no Resultado Financeiro).....	--	--	(662.392)	(516.669)
Empresas do Grupo.....	--	--	(662.392)	(516.669)

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores da empresa no período correspondem a:

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Honorários.....	(360)	(720)
Benefícios Pós-Emprego.....	(2)	(4)
Total.....	(362)	(724)

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCO

a) Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a empresa possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

b) Riscos das Operações e Subscrição

A empresa oferta seus produtos aos clientes por distribuição *bancassurance* e distribuição direta. Os produtos de seguros de vida, acidentes pessoais são majoritariamente distribuídos pela operação *bancassurance*.

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações podem resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida individual e vida com cobertura de sobrevivência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro, risco comportamental e risco de subscrição. Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (Vida com Cobertura de Sobrevivência, em sua maioria) e ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

Os riscos de seguros e previdência, decorrem de perdas que contrariem as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING atreladas as operações de produtos comercializados nas supervisionadas SUSEP.

No risco de subscrição decorre do uso de metodologias e/ou premissas na precificação dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado: (i) Seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas de precificação; e (ii) Previdência Privada é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da empresa, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

I - Efeito das mudanças nas premissas atuariais

Para mensurar o efeito de mudanças nas premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do período e o patrimônio líquido da data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido (1)					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Teste de Sensibilidade						
Taxa de Mortalidade						
Acréscimo de 5%.....	39.535	(7.908)	(7.529)	47.163	(6.889)	(6.798)
Decréscimo de 5%.....	(40.205)	8.217	7.823	(50.157)	6.835	6.745
Taxa de Juros Livre de Risco						
Acréscimo de 0,1%.....	96.050	2.102	1.997	97.996	2.645	2.610
Decréscimo de 0,1%.....	(98.258)	(2.129)	(2.023)	(100.074)	(2.684)	(2.648)
Taxas de Conversão em Renda						
Acréscimo de 5%.....	(7.428)	--	--	(6.393)	--	--
Decréscimo de 5%.....	9.048	--	--	6.401	--	--
Sinistros						
Acréscimo de 5%.....	--	(9.143)	(8.512)	--	(11.133)	(10.968)
Decréscimo de 5%.....	--	9.143	8.512	--	11.133	10.968

1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

II - Concentração de Riscos

Para a empresa não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

Gestão de Risco Antes e Depois de Resseguro dos Maiores Ramos de Atuação

	Prêmios Emitidos						Resseguros						Prêmios Retidos					
	01/01 a 31/12/2022		01/01 a 31/12/2021		01/01 a 31/12/2022		01/01 a 31/12/2021		01/01 a 									

Itaú Vida e Previdência S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2022 E 2021 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição. As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança.
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos).
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador.
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo (*MtM - Mark to Market*).

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*) em relação às operações de seguros:

Classe	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B).....	5.948.085	(6.201)	5.121.553	(5.633)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C).....	5.439.062	(2.909)	4.636.927	(2.894)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F).....	257.247	(139)	204.612	(118)
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	158.881	(28)	112.628	(13)

Passivo	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Operações de Seguros				
Prêmios não Ganhos (PPNG)				
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR), Despesas Relacionadas (PDR) e Sinistros a Liquidar (PSL)				
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBAC / PMBC)				
Subtotal				
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual				
Despesas Relacionadas (PDR)				
Prêmios não Ganhos (PPNG)				
Sinistros a Liquidar (PSL)				
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)				
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)				
Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)				
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) - PGBL / VGBL				
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionalis				
Excedente Financeiro (PEF)				
Subtotal				
Total Provisões Técnicas				

1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro.

IV - Risco de Crédito

A empresa entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Assim, para um contrato de seguro, o risco de crédito inclui o risco de que a seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, decorrente da insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros.

IV.I - Resseguradores

As operações de resseguro são controladas por meio de política interna. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item "classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco".

As operações de prêmios emitidos de resseguros estão representadas basicamente por Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros (local) com 60% (60% em 31/12/2021), Swiss Reinsurance Company (local) com 40% e RGA Global Reinsurance Company LTD (admitido) com 40% em 31/12/2021.

IV.II - Prêmios a receber

Para o risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos, a empresa considera irrelevante, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados. Ademais, a empresa possui metodologia própria para provisionar o valor recuperável de prêmios de seguros. Esta metodologia permite uma redução no valor recuperável no caso de

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Itaú Vida e Previdência S.A.

São Paulo - SP

CNPJ: 92.661.388/0001-90

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Vida e Previdência S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados

sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio

Classe	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Títulos Privados				
Indexado a IPCA.....	391.500	(386)	339.696	(339)
Indexado a IGP-M.....	--	--	4.850	--
Indexado a PRÉ.....	16.422	(2)	12.821	(1)
Ações	381.537	3.815	345.691	3.457
Ativos Pós-Fixados	1.755.204	--	3.699.240	--
Compromissadas Over	2.151.085	--	1.312.082	--
Total (1)	16.499.023		15.790.100	

1) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações.

III - Risco de Liquidez

A empresa identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, a empresa efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor do Passivo (1)	Duration (meses) do Passivo	Duration (meses) do Ativo	Valor do Passivo (1)	Duration (meses) do Passivo	Duration (meses) do Ativo
Ativo Garantidor	341.418	34,7	11,3	354.135	37,5	18,5
	188.300	34,7	11,3	188.143	37,5	18,5
	1.761	33,0	11,3	2.082	37,5	18,5
531.479				544.360		
Certificados de Depósito Bancário (CDB)						
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)						
Debêntures						
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	48.516	96,5	69,5	64.620	103,8	76,4
Letras Financeiras (LF)	11.919	19,6	11,3	12.018	16,0	18,5
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	73.886	19,6	11,3	78.391	16,0	18,5
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	25.932	19,6	11,3	27.402	16,0	18,5
Títulos Privados	394.285	19,6	11,3	357.929	16,0	18,5
	4.004.161	96,5	69,5	3.776.593	103,8	76,4
	216.431.047	155,3	50,7	197.585.037	134,0	55,2
	8.035.821	214,3	82,0	7.512.936	195,9	79,8
	728.962	214,3	82,0	691.338	195,9	79,8
229.754.529				210.106.264		
230.286.008				210.650.624		

prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices que não tenham sido canceladas. O comportamento deste risco é monitorado trimestralmente quando ocorre a atualização do modelo.

Para visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 4 - Contrato das Operações.

IV.III - Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Para visão detalhada da exposição ao risco de crédito de aplicações consultar Nota 3 - Aplicações.

Os documentos "Relatório de Acesso Público - Gestão e Controle de Risco de Mercado / Risco de Crédito / Gestão e Controle de Risco de Liquidez e Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos" que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaui.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

NOTA 11 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) Comitê de Auditoria Único

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021, a empresa aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG Serviços
Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MIBA 2.043

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP - Corporate Tower Torre Norte, andar 6, conj. 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo.

Atuário
Rogério Pires Calazans Matos
MIBA 1200

Contador
Arnaldo Alves dos Santos
CRC 15P210058/O-3

DIRETORIA			
Diretor Presidente	Diretores		
Claudio César Sanches	Carlos Henrique Donegá Aídar Eduardo Nogueira Domeque	José Geraldo Franco Ortiz Júnior Renato Giongo Vichi	Rita Rodrigues Ferreira Carvalho
Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 7º andar - Parque Jabaquara - São Paulo - SP.			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Itaú Vida e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Vida e Previdência S.A. ("Itaú Vida"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaú Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Porque é um PAA

Mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência (Notas 2 (c.IV), 2 (d.VII) e 4)

A Itaú Vida apresenta passivos decorrentes de operações de contratos de seguros e previdências, registradas nas rubricas "Provisões Técnicas - Seguros e Previdência" e "Provisões Técnicas - Previdência Complementar" nas demonstrações financeiras.

A mensuração dos valores dessas provisões técnicas, como a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) e a Provisão Complementar de Cobertura (PCC), depende de metodologias de cálculo com base nas premissas determinadas nos contratos de previdência.

Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação de Passivos (TAP) com o objetivo de capturar possíveis insuficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguros e previdência, e caso a análise demonstre insuficiência, o valor correspondente é registrado na PCC. O TAP envolve a apuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontado por taxa de juros livre de risco (ETTJ) e a utilização de premissas atuariais tais como, mortalidade e conversão em renda.

Considerando a relevância dos valores, especificamente da PMBaC e PMBC; e as incertezas e julgamentos envolvidos no TAP para a mensuração das provisões técnicas, mantivemos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

A Itaú Vida está inserida dentro do ambiente de controle do Itaú Unibanco Holding S.A. (Banco), controlador indireto da Companhia. O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas e nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo em sistemas e processos de tecnologia da informação.

A estrutura de tecnologia, portanto, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Adicionalmente, parte substancial das equipes do Banco e suas subsidiárias continuam realizando suas atividades de forma remota (*home office*) o que ocasionou a necessidade de adaptações aos processos e infraestrutura de tecnologia para a manutenção da continuidade das operações.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e *cybersecurity*. Dessa forma, consideramos essa uma área foco de nossos trabalhos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Itaú Vida é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Itaú Vida, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles para mensuração dessas provisões técnicas. Para a PMBaC: (i) testamos a totalidade e integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis, (ii) testamos a movimentação das cotas e dos valores dessa provisão para os produtos da modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e (iii) conferimos, em base amostral, a atualização das reservas de acordo com a valorização dos fundos de investimentos atrelados.

Para a PMBaC e PMBC para os produtos da modalidade Fundo Gerador de Benefícios (FGB) e PCC, com apoio de nossos especialistas atuariais, efetuamos procedimentos de avaliação qualitativa das metodologias de cálculo e principais premissas atuariais e financeiras consideradas pela administração na mensuração dessas provisões técnicas, incluindo o TAP, bem como suas correspondentes implementações de acordo com as notas técnicas atuariais. Adicionalmente, efetuamos procedimentos de recálculo, em base amostral, das provisões PMBaC e PMBC. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a mensuração das provisões técnicas, são apropriados e consistentes com a divulgação em notas explicativas.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes, bem como a execução de testes realizados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, segregação de função e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Assuntos

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Itaú Vida e Previdência S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Continuação)

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Itaú Vida é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Itaú Vida continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Itaú Vida ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Itaú Vida são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Itaú Vida e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es)

ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Itaú Vida.
- Avallamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Itaú Vida. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Itaú Vida a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avallamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da coligada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Itaú Vida. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Itaú Vida.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P00160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 15P192785/O-4



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadouri.estadao.com.br/publicacoes/>